

**INCUMPRIDORES VERSUS INDISCIPLINADOS NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (ESTUDO DE CASO DE DOIS ALUNOS DUMA ESCOLA URBANA PORTUGUESA)****DELAY VERSUS UNDISCIPLINED IN THE FIRST CYCLE OF BASIC EDUCATION (CASE STUDY OF TWO STUDENTS IN AN URBAN SCHOOL PORTUGUESE)**Ernesto Candeias Martins<sup>1</sup>**Resumo**

Objetivo deste estudo (metodologia qualitativa), na modalidade estudo caso de 2 alunos 3.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico, numa escola pública portuguesa, foi o de analisar a indisciplina e/ou incumprimento das normas disciplinares que, cada vez mais, se reflete no rendimento escolar e que constitui uma preocupação para professores. Tendo em conta as teorias fundamentadas da indisciplina versus disciplina escolar indagamos as causas e os motivos que levam essas crianças a cometerem atos disciplinares ou de incumprimento das normas, na sala de aula. As técnicas de recolha de dados utilizadas foram: inventário de tipos de atos a 9 professores; observação (documental, natural, participante); entrevistas a 2 professores e aos pais dos alunos em estudo; notas de campo; triangulação dos dados. Aplicámos um programa de intervenção aos 2 alunos para atenuar ou suprimir essas tendências e melhorar o seu rendimento. Sugerimos estratégias psicoeducativa aos professores para gerir e controlar a disciplina.

**Palavras-chave:** comportamentos disruptivos. indisciplina escolar. ensino básico. intervenção pedagógica. estratégia psicoeducativa.

**Abstract:**

Aim of this study (qualitative methodology), 2 case study mode students ' 3rd year of the first Cycle of basic education, a Portuguese public school, was to analyze the indiscipline and/or breach of disciplinary rules that, increasingly, is reflected in academic achievement and that is a concern for teachers. Taking into account the well-founded theories of indiscipline versus school discipline, we discussed the causes and reasons that lead these children to commit indiscipline acts or of failure to comply with the standards in the classroom. Data collection techniques used were: inventory of types of acts the 9 teachers; Note (desk, natural, end); interviews with 2 teachers and parents of students in study; field notes; Triangulation of the data. We applied a intervention program to 2 students to mitigate or eliminate these trends and improve your income. We suggest psicoeducativa strategies for teachers to manage and control the discipline.

**Keywords:** disruptive behaviors. school indiscipline. basic education. pedagogical intervention; psicoeducativa strategy.

---

<sup>1</sup> O autor é Doutor e Mestre em Ciências da Educação e licenciado em Filosofia e em Ciências da Educação. Docente no Instituto Politécnico de Castelo Branco/Escola Superior de Educação, onde tem ocupado vários cargos. É membro da SPCE (fundador), Sociedad Española de Pedagogia, Institut Estuds Catalans, consultor de Agrupamentos de Escola e investigador do CeiEF. Faz parte de vários conselhos editoriais e coordena o Projecto Transfronteiriço 'Programa de Inteligência Emocional' com a Univ. de Extremadura (2010-2013). E-mail: ernesto@ipcb.pt

## INTRODUÇÃO

No acompanhamento da prática pedagógica supervisionada dos estagiários de ensino básico e no âmbito da formação para futuros professores no ensino superior politécnico português observámos a existência de casos de indisciplina ou incumprimento de regras nos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB), nos contextos escolares e respetivos espaços educativos. Sabemos que estes casos indisciplinados são cada vez mais comuns no dia a dia das escolas públicas portuguesas, principalmente nas salas de aula e recreios, o que compromete a normatividade do processo de aprendizagem dos alunos (ESTRELA, 1994). Exige-se uma adequada gestão e controlo da disciplina pelos responsáveis da escola, professores e assistentes operacionais, associado a estratégias de intervenção eficazes, de modo a prevenir muitos desses casos e estabelecer a normatividade do ato educativo (GOTZENS et. al., 2005, p. 23-29; VILLAFUERTE, 2010, p. 15-33).

Teoricamente a disciplina faz alusão ao conjunto de normas, regras e procedimentos aplicados para se conseguir as melhores condições de concretização das metas/objetivos do processo de ensino-aprendizagem. Os professores do ensino básico assumem a sua responsabilidade nesse processo, sabendo que há um conjunto de fatores que se lhes exigem para conseguir, tendo em conta componentes psicopedagógicas que medeiam essa disciplina escolar. Esses procedimentos técnicos vão desde a experiência dos professores no controlo eficaz do ambiente de sala de aula (processos, condições). Neste segmento de ideias consideramos que a indisciplina constitui um dos principais desafios pedagógicos da atualidade, já que ela afeta não só a prática pedagógica do professor, mas também lhe cria ‘stress’ e inquietação, fazendo-lhe despertar um sentimento de frustração, angústia, impotência, humilhação e desnorte nas suas funções. Tudo isto confirma a complexidade do tema e a preocupação dos seus agentes educativos. (DÍAZ AGUADO, 2001).

A presente investigação insere-se no paradigma educacional de metodologia qualitativa (ecológico, naturalista, interpretativo), sendo estudo de caso de dois alunos considerados indisciplinados (aluno A- Luís; aluno B- João), numa turma do 3.º ano numa escola pública e urbana, do 1.º Ciclo do Ensino Básico, do Agrupamento de Escolas (designação ‘CCB’) na cidade de Castelo Branco (Portugal). Na fase de exploração e descrição dos casos em estudo (turma e alunos), pretendemos identificar as causas/motivos que levam esses dois alunos a cometerem atos de indisciplina e incumprimento de regras disciplinares estabelecidas, além de analisar a influência que tem esses atos no seu rendimento

escolar. Seguidamente aplicámos na modalidade de investigação-ação, um Plano Estratégico de Intervenção (PEI), com intuito de modificar aqueles comportamentos dos alunos. Além disso, com base das observações e interpretações sugerimos estratégias para promover uma melhor educação social e cívica, educação moral, autoconhecimento e controlo das emoções, educação para a convivência e uma gestão no controlo disciplinar por parte dos professores.

O problema do estudo assenta na seguinte formulação: Quais as razões/motivos que estão presentes no comportamento de 2 alunos do 3º ano do 1.ºCEB numa escola pública portuguesa. Ou seja, será que os comportamentos indisciplinados dos alunos se atenuam ou se suprimem com aplicação dum Plano Estratégico de Intervenção (PEI). São objetivos da fundamentação teórico-conceitual: compreender a indisciplina escolar nos alunos do 1º CEB, contrapondo, a disciplina versus indisciplina nas escolas e o seu significado nas várias teorias; conhecer, desde a perspetiva dos professores, as condutas mais frequentes de indisciplina ou incumprimento das normas de disciplina que apresentam os alunos do 1º CEB.

Na elaboração da proposta do PEI, incluímos estratégias de desenvolvimento pessoal, estratégias e medidas de registo para os casos de indisciplina e atos de violência, tendo em conta a proposta de intervenção de Ramirez (2007). O PEI permite ao professor ter uma melhor gestão e controlo da disciplina e criar um melhor ambiente educativo para a aprendizagem e melhorar a relação pedagógica. Assim, pretendeu-se melhorar a prática pedagógica e, mobilizar os atores intervenientes no processo ensino-aprendizagem para a resolução dos casos de indisciplina, a partir de um plano de intervenção eficaz. Percebendo as causas saberemos gerir, controlar e intervir para resolver essas situações e conflitos.

De facto, os professores devem partir da observação (natural, participante) de situações concretas de ensino, podemos estabelecer, com a sua experiência e formação, adotar linhas orientadoras de ação para prevenirem muitas situações de indisciplina, desrespeito, desobediência ou incumprimento de normas nas salas de aula. É, pois, nossa intenção, proporcionar a tomada de decisões dos professores (plano de intervenção, reflexão-ação), com o objetivo de saberem gerir e controlar situações de indisciplina e, paralelamente consciencializar os alunos para o cumprimento da disciplina e atenuar/suprimir os atos indevidos ou desobediência das normas disciplinares na sala de aula. (ANTUNES, 2002).

## 1. A TEORIA FUNDAMENTADA DO ESTUDO

Sabemos que a violência se define como um “[...] problema social de dimensão universal que atravessa fronteiras de ordem cultural, económica, étnica, religiosa ou de género, acabando por se refletir na qualidade de vida dos indivíduos num determinado contexto” (CARVALHO, 2010, p. 83), porém ao ser uma construção social não existe uma definição universal de violência. Esse fenómeno retrata “un comportamiento de agresividad gratuita y cruel, que denigra y daña tanto el agresor como a la víctima”, por isso não é natural, no dizer de Fernández (1998, p. 20), pois transcende a ação individual, lesando tanto quem a exerce como quem a padece.

A escola de massas e a consequente multiplicidade de alunos provenientes de diferentes origens sociais e culturas (multiculturalidade) impôs á escola novos desafios (PÉREZ; POZO, 2007). Essas transformações trouxeram maior visibilidade ao insucesso escolar e a outros problemas como a indisciplina e a violência nas escolas (PEREIRA, 2002, p. 22-37). Pois bem, a indisciplina parece estar evoluindo nas escolas, nas suas diversas manifestações, que tratando-se duma transgressão das normas escolares, prejudicando as condições de aprendizagem, o ambiente de ensino ou a relação pedagógica na escola “[...] tornou-se uma fonte de stress entre professores” (VEIGA et al., 2001, p. 15). É óbvio que as regras são imprescindíveis ao ajustamento, ordenamento, controlo e coerção de cada aluno e da turma como um todo. Nas salas de aula e espaços educativos procura-se a tranquilidade, o silêncio, a interatividade, de forma a não distrair os exercícios de aprendizagem. Por isso, as atitudes e comportamentos indisciplinados são entendidos, como um desafio aos padrões do estatuto disciplinar do aluno na escola. (ANTUNES, 2002; FERNÁNDEZ, 1998).

Os professores reconhecem os problemas de indisciplina e o tempo excessivo que dedicam para intentarem resolver muitos deles. Orientam-se nesses procedimentos de mediação e resolução mais pela experiência que pelos conhecimentos científicos, de índole psicopedagógicos, mas que na prática a intuição e as crenças predominam nessas intervenções (ESTRELA, 1996, p. 34-36). A indisciplina, sendo um problema em si mesmo, vê-se muitas vezes agravada pela aplicação de recursos inadequados, ou pela incapacidade e intransigência em tendê-la, originando outros problemas escolares. A estrutura e organização eficiente da sala de aula são imprescindíveis para manter um ambiente ordenado de aprendizagem. Na perspetiva psicoeducativa há uma série de possibilidades para prevenir problemas de

comportamento, de modo a conseguir um ambiente ordenado e otimizador da relação ensino-aprendizagem. (ORTEGA; MINGUEZ; SAURA, 2003; RAMIREZ, 2007).

Em seguida abordaremos quatro aspetos de fundamentação teórico-conceitual: a indisciplina e a hiperatividade nas crianças escolares; a escola e o seu papel na atenuação da indisciplina; a evolução jurídica das medidas estatutárias de disciplina nas escolas portuguesas; a função dos professores na análise e prevenção da indisciplina nas salas de aula e o papel da família; a mediação como estratégia de resolução de conflitos.

### 1.1 Cartografar a indisciplina escolar

A vida na sociedade pressupõe o cumprimento de regras e preceitos que norteiam as relações, possibilitem o diálogo, a cooperação e a troca de entre membros do grupo social. Cabe à escola impor regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os alunos. As normas deixam de constituir a característica de instrumento de castração e, passa a ser compreendida como condição necessária ao convívio social e a normatividade do ato educativo. Quem educa oferece parâmetros e estabelece limites, pois as crianças necessitam de aderir a regras e estas provêm dos seus educadores ou agências educativas. Os limites devem ser entendidos positivamente, pois o *'limite situa'* e consciencializa a posição ocupada dentro do espaço escolar. (VASCONCELOS, 2008, p. 76-84).

A indisciplina escolar representa um dos graves fenómenos hoje em dia nas escolas, pois gera dificuldades escolares e de controlo do ambiente de sala de aula. Constitui, no dizer de J. Amado (2001, p. 65):

[...] um fenómeno relacional e interativo que se concretiza no incumprimento das regras que presidem, orientam e estabelecem as condições das tarefas na aula e, ainda, no desrespeito de normas e valores que fundamentam o são convívio e estabelecem as condições das tarefas na aula e, ainda, no desrespeito de normas e valores que fundamentam o são convívio entre pares e a relação com o professor enquanto pessoa e autoridade.

As causas que são consideradas como geradoras daquele fenómeno e a avaliação das medidas de amenização são diversas e, por vezes não muito eficazes. Partimos do pressuposto que ao intervir devemos conhecer, de antemão, a forma como os alunos estão envolvidos nessas situações, os dilemas que vivenciam e as alternativas de modificação.

Os sentidos atribuídos pelos alunos à indisciplina ou incumprimento refletem uma pluralidade e terminologias, de tal modo, que não é um problema que possa ser resolvido de forma

isolada, pois é necessário a participação da família e outros atores (conselho tutelar, responsáveis e autoridades escolares e sociais). A indisciplina pode englobar vários fenômenos:

- Desvios às regras da produção: abarca aqueles incidentes a que é imputado um carácter disruptivo, em virtude da perturbação que causam ao bom funcionamento da aula;
- Conflitos interpares: abrange os acidentes que traduzem essencialmente, as dificuldades de relacionamento entre alunos da turma e não só, podendo traduzir-se também em fenómenos de violência e *bullying*;
- Conflitos na relação professor aluno: é composto por comportamentos, que de algum modo, põem em causa a autoridade e o estatuto de professor, abrangendo também o vandalismo e a violência contra a propriedade da escola. (AMADO, 2001, p. 66).

Entre os elementos elencados como possíveis causadores de manifestações de indisciplina no contexto escolar está a perda de autoridade do professor, no conhecimento e na postura em sala de aula. Os professores parecem ‘desqualificados’ e ‘desmotivados’ para enfrentarem essas situações de incumprimento e indisciplina, utilizando metodologias que pouco ou nada fazem refletir os alunos, daí haver aulas ‘aborrecidas’ ou que não estimulem a participação dos alunos. Há toda uma rede social envolvente ao processo de aprendizagem que favorece essas manifestações, que em casos mais graves leva à agressividade e *bullying*.

É importante enfatizar que a maneira como interpretamos os atos de indisciplina (ou a disciplina) acarreta implicações na prática pedagógica, ao interferir nos tipos de interações estabelecidas com os alunos e na definição de critérios para avaliar os seus desempenhos na escola, assim como no estabelecimento dos objetivos que se quer alcançar. (REGO, 1996).

De facto, a visão dos diferentes elementos da comunidade educativa sobre as causas do incumprimento e/ou indisciplina obriga a identificar os pressupostos subjacentes às explicações manifestadas pelos educadores, que revelam implicitamente determinadas visões sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem e do papel da escola. As questões relacionadas com a indisciplina constituem um foco de problema na realidade escolar, que nos impossibilita cartografar a rede de elementos que se envolvem nessas situações de alteração à normatização do processo de ensino-aprendizagem e os sentidos atribuídos pelos alunos a esse fenómeno. Para intervir devemos conhecer a forma como os alunos se envolvem na realidade educativa, as vivências e os discursos para modificarem essas situações anómalas.

É óbvio que a disciplina na sala de aula está relacionada com o estilo da prática pedagógica do professor, da sua autoridade (matéria, métodos e procedimentos de ensino), gestão e controlo da disciplina. Alunos excessivamente inquietos, agitados, com tendência à agressividade (verbal, física), que se destacam no grupo/turma pela dificuldade de aceitar e

cumprir as normas, às vezes, não conseguem produzir o esperado para a sua idade, representam um desafio constante para a escola e família. Admitimos que certo grau de teimosia faz parte do processo evolutivo, porém quando se enfrentam e desafiam torna-se um hábito persistente e exacerbado no cotidiano da sala de aula, acompanhado por atitudes que desencadeiam distúrbios, desinteresse e comportamentos indevidos. (AMADO, 2000).

Os estados de agressividade e hiperatividade instalam-se nessas situações e se a criança tem dificuldade em se relacionar, expressar/controlar emoções, dialogar, etc. agudizam e fortalecem as atitudes de indisciplina, sem reconhecimento da capacidade de respeito e tolerância pelos seus pares. Muitas vezes a teimosia é um comportamento habitual nos alunos, constituindo o modo dela expressar a sua curiosidade e de se evidenciar, ânsia de experimentar sensações e situações novas (desafios) não conseguindo conter a ansiedade e os ímpetos (ira, raiva, zanga, descontentamento). (VILLA FUERTE, 2010).

Cada criança reage de acordo com a sua personalidade. A observação dessas condutas acentuadas e permanentes obriga a consultar especialistas com o objetivo de explorar e averiguar as causas, para se intervir com estratégias educativas ou outras psicopedagógicas. A teimosia e a ausência de limites podem mascarar insatisfações da criança no seu meio ambiente, com desejos de mudar, ou protestos contra os pais ou contra as relações de conflito entre ele e os outros ou encobre carências afetivas (GOTZENS et al., 2005). Não existem respostas ou soluções rápidas.

## 1.2 A normatização do estatuto disciplinar

A escola atualmente depara-se com problemas crescentes de violência e indisciplina. Cabe-lhe impor as regras disciplinares para o quotidiano escolar, já presentes no Estatuto Disciplinar do Aluno, normativos jurídicos e no Projeto Educativo. Por vezes, no seu interior aparecem casos de resistência às normas que são instituídas. Esses casos de resistência às regras são vistos como atos de indisciplina, desobediência ou incumprimento, os quais causam dificuldades ao processo de ensino aprendizagem e à formação para a cidadania e convivência, tornando-se necessário arranjar formas de superá-los. (ORTEGA, 1997).

Muitos comportamentos indisciplinados estão relacionados à ineficiência da prática pedagógica, tais como: propostas curriculares problemáticas e metodologias que subestimam a capacidade do aluno (assuntos pouco interessantes ou fáceis de mais), inadequação da

organização do espaço de sala de aula e do tempo de realização das atividades, excessiva centralização na figura do professor e, conseqüentemente poucos incentivos à autonomia e às interações entre os alunos, uso constante de sanções e ameaças visando ao silêncio da turma, pouco diálogo, etc. Devido a esse tipo de prática pedagógica desmotivante para (alguns) alunos, a indisciplina escolar tem-se assumido como um problema grave, para todos os agentes educativos e, principalmente para a escola e seus dirigentes. Daí surge a necessidade de serem promovidos, programas promotores da convivência e socialização para travar as situações desestabilizadoras do clima escolar, no âmbito do Projeto Educativo de Escola. Cabe aos professores e à comunidade educativa a responsabilidade de encontrar respostas educativas aos problemas de indisciplina. É de realçar o papel do professor de turma, que deve ter a capacidade de coordenar e recolher os contributos e sugestões do conselho executivo da escola, dos professores da turma, dos alunos, dos pais e da comunidade.

Em relação ao projeto educativo de escola, este deve conter medidas relacionadas com a diversidade, a aprendizagem para a convivência, a educação das atitudes e para os valores, a educação para a cidadania e tolerância (CARLITA; FERNANDES, 1997). Devem-se incluir programas de intervenção que sirvam de auxiliares ao trabalho do professor dentro da sala de aula, que evitem o aparecimento de conflitos, atos de indisciplina e comportamentos antissociais. São exemplos: o programa de desenvolvimento social e afetivo nas salas de aula; programa de promoção da tolerância à diversidade em ambientes heterogêneos; o programa para fomentar o desenvolvimento moral através da reflexão e moralidade; o programa de melhoria comportamental dos alunos através da aprendizagem de normas.

Por outro lado, o estatuto dos direitos e deveres dos alunos do Ensino Básico e do Ensino secundário aprovado por Decreto-Lei nº270/98, de 1 de setembro, estabelece, pela primeira vez, os direitos e os deveres a que ficam sujeitos os alunos dos estabelecimentos públicos. Este normativo, difundido a todos os elementos da comunidade educativa, institui as normas de conduta que regem as regras de convivência e disciplina, em que o aluno que perturbe as normas gerais ou especiais será objeto de intervenção, aplicando-lhe medidas educativas disciplinares. Este estatuto refere-se ainda aos deveres gerais e especiais, previstos no regulamento interno das escolas (Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de maio).

Posteriormente, o Decreto-Lei nº30/2002, de 20 de dezembro, reforça o papel dos pais e encarregados de educação na educação dos seus filhos/educandos. Aos pais/encarregados de educação cabe-lhes diligenciar o cumprimento das normas que estão acometidas aos seus

filhos/educandos, no estatuto do aluno, entendido como deveres e direitos gerais e no regulamento de escola como direitos e deveres específicos. Prevê-se, em nível de processo disciplinar, o envolvimento dos mesmos e a sua presença na escola sempre que ela se torne necessária. (AMADO, 2000, 2001; PEREIRA, 2002).

O Decreto-Lei nº 3/2008, de 18 de janeiro, altera o diploma de 2002, reforça a responsabilidade e o envolvimento dos pais no conhecimento do estatuto do aluno e do regulamento interno da escola, incluindo a sua aceitação e compromisso de cumprimento integral. No processo individual do aluno deverão ficar registadas e averbadas todas as indisciplinas e as sanções de que foram alvo. Após a entrada em vigor da Lei nº 39/2010, de 2 de setembro, no que respeita à indisciplina em contexto educativo e organização escolar, expressa no artigo 24º ao alterar o estatuto do aluno dos Ensino Básico e Secundário, em que as medidas corretivas têm um objetivo pedagógico e preventivo e de normalização do contexto escolar. Consoante o estatuto do aluno, no que respeita às situações de indisciplina, o diretor é a autoridade máxima na avaliação desses casos.

Com a publicação da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, aprova-se o “*Estatuto do Aluno e Ética Escolar*”, estabelecendo-se os direitos e deveres do aluno (Ensino Básico) e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e os restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, no desenvolvimento das normas da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, e sucessivos normativos jurídicos. Este diploma tem como objetivo promover o mérito, a assiduidade, a responsabilidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades.

### **1.3 Papel interventor dos professores e da família**

Existem técnicas que ajudam os professores a lidarem com situações problemáticas, que muitas vezes desconhecem, sabendo-as gerir e controlar na sala de aula e evitar que se propaguem a outros espaços escolares. Uma boa gestão da aula está na base da prevenção da indisciplina, na medida em que, a organização de boas aulas em nível de gestão de tempo e programação, adequação aos interesses dos alunos, vão incentiva-los a ficarem mais motivados, concentrados no processo de ensino aprendizagem, evitando assim distrações,

casos de indisciplina. As situações problemáticas devem ser prevenidas, quando estão geradas são difíceis de corrigir. É fundamental uma formação (inicial, contínua) adequada de professores, direcionada para a aquisição de competências de gestão da sala de aula pode ser uma ferramenta importante para solucionar esses problemas indisciplinados. (REGO, 1996).

Na verdade, os problemas de indisciplina devem-se: questões de natureza neurótica da personalidade e a atitudes antissociais por parte de crianças com necessidades educativas; resultado do nível de desenvolvimento cognitivo e moral do indivíduo (cognitivistas), de interações que ocorrem na sala de aula (perspetiva social), das interações entre os indivíduos e o meio (perspetiva ecológica) e, ainda da organização criada pelo professor na aula (perspetiva pedagógica). Os comportamentos indisciplinados ocorrem porque a escola falha, enquanto agente de socialização, não conseguindo interiorizar as regras e os valores.

Por conseguinte, no contexto de sala de aula é fundamental que o professor adote estratégias (ação-reflexão) (DEWEY, 2007), que visem o combate às atitudes de indisciplina. Na aplicação de estratégias de correção da indisciplina é necessário ter em conta que existem diversos tipos de indisciplina. Por exemplo, J. Amado (2001, p. 41) propõe três níveis de caracterização da indisciplina: 1º nível- Desvios às regras de produção, este abrange as ocorrências de caráter prejudicial ao bom funcionamento da aula, incluem-se aqui as situações de ruído de fundo, a realização de tarefas diferentes aquilo que é pedido, a ausência de resposta quando o professor questiona o aluno; 2º nível- Conflitos interpares, engloba o desentendimento entre os alunos, comportamentos de agressividade e violência, “bullying”; 3º nível- Conflitos na relação professor-aluno incluem todos os comportamentos que põem em causa a autoridade e o estatuto do professor. Os três níveis organizam-se de forma ascendente, pelo grau de gravidade do ato, assim sendo, o 1º nível engloba atos de indisciplina pouco graves (desvio às regras, afeta o funcionamento da aula), seguindo-se os casos com alguma gravidade (relação entre os alunos) e, por fim, os conflitos com o professor (contestação da sua autoridade). A estes elementos educativos, no dizer de Amado (2000), cabe-lhes a tarefa responsável de acompanhar o processo formativo dos seus educandos, desenvolvendo-lhes as primeiras aprendizagens; transmitir-lhes valores e normas de socialização; intervir no processo disciplinar e de cumprimento de normas dos seus educandos; conhecer os direitos e deveres dos alunos estipulados no regulamento interno da escola; desenvolver um trabalho conjunto com o professor, interessando-se pela vida escolar do seu educando.

O professor tem de ser capaz de manter o autocontrolo, não deve de reagir emocionalmente aos comportamentos incorretos dos alunos, não cedendo às reações deles. Assim sendo, o comportamento inadequado deve ser temporariamente ignorado, desencadeando o professor formas de dar atenção ao aluno e de controlo das situações que possam levar a atos de indisciplina. As formas de intervir variam de professor para professor.

Por outro lado, é sabido que a missão de educar não é apenas da escola, é de toda a sociedade, a começar pela família. De facto, a família é o alicerce da criança, pois é no seu seio que se processa a socialização primária, nos primeiros anos de vida das crianças, construindo a sua personalidade e adquirem os primeiros conhecimentos acerca do mundo que as rodeia. A família tem o papel de educar, na medida em que a criança é reflexo do tipo de família a que pertence, isto é, a sua personalidade é reflexo do contexto em que está inserida. Se vive num ambiente problemático ou num ambiente estável, isso vai se refletir no seu desenvolvimento, no seu bem-estar e na sua prestação escolar. (DÍAZ-AGUDO, 1992).

A legislação foi reforçando o papel da família e a sua intervenção no processo disciplinar e de cumprimento de normas dos seus educandos. A família, tal como está previsto nos normativos, deve conhecer e aceitar as normas descritas quer no estatuto dos direitos e deveres dos alunos de uma forma geral como de uma forma específica no regulamento interno do estabelecimento de ensino que o seu educando frequenta. A sua aceitação não é só tácita, uma vez que deverá, por escrito comprometer-se ao conhecimento e aceitação dessas normas.

#### **1.4 Resolver situações pela mediação de conflitos**

A mediação é o primeiro recurso a utilizar para combater a indisciplina (VASCONCELOS, 2008, p. 36). Em qualquer dos quadros legislativos referentes ao estatuto do aluno dos Ensinos Básico e Secundário, existe uma margem de autonomia, que permite introduzir esta figura. Poderemos considerar como primeiro mediador o professor titular de turma para o 1º ciclo e o diretor de turma para o 2º e 3º ciclos, em caso de indisciplina mais grave, o mediador será o diretor da escola ou agrupamento, não havendo acordo entre as partes e em ultimo recurso, será punida segundo o previsto no regulamento interno. Os encarregados de educação do aluno serão sempre envolvidos nos comportamentos de indisciplina, seja ela grave ou ligeira, como corresponsáveis pela educação dos seus filhos,

dado que conheceram e aceitaram as normas que regem os estabelecimentos de ensino frequentados pelos mesmos. (ORTEGA, 1997).

Na verdade, a mediação é uma técnica negociação e uma forma de resolução de problemas, compondose de interações, que permitem desmontar o problema, estudar as suas causas e encontrar estratégias de remediação e favorece a diversificação de soluções alternativas. Pode praticar-se entre os alunos que pretendam resolver os seus conflitos, entre pares, ou recorrendo a um mediador exterior ao conflito a quem os intervenientes reconheçam competência. Esta técnica apresenta as seguintes vantagens: a resolução de conflitos pelos próprios agentes que os desencadeiam; não é o mediador a tomar as decisões; foca-se a resolução dos problemas, não a causa dos mesmos; as soluções são negociadas, nunca impostas. Daí que a mediação é um ato voluntário, imparcial, confidencial, que permite a transformação interpessoal, a autodeterminação e segurança dos alunos envolvidos. A mediação educativa está orientada para os valores, convivência e formação da cidadania.

## **2 Metodologia: ‘design’ e procedimentos**

Situamo-nos na perspetiva humanístico-interpretativa e socio-critica, pois está subjacente à nossa abordagem metodológica, que se destina a gerar mudanças nos alunos considerados indisciplinados, incumpridores ou desobedientes das normas disciplinares, através da elaboração do PEI. Trata-se dum estudo de caso, numa turma de 3.º ano do 1.º CEB dum Agrupamento de Escolas de Castelo Branco (CCB), consistindo na exploração, descrição e análise (hermenêutica) pormenorizada de 2 alunos, em contexto de sala de aula, de modo a compreender os atos de indisciplina, no 2.º semestre do ano letivo 2012-13, com os contributos reflexivos do professor de turma e dos pais/encarregados de educação. Nesta pretensão metodológica adotámos a investigação-ação na elaboração e aplicação do PEI (ESTEVES, 2008). Assim, os sujeitos intervenientes no estudo foram (amostras): n1= 2 alunos (A, B) do 3º ano do 1.º CEB, numa escola urbana da cidade, que apresentam comportamentos indisciplinados; n2= 2 professores (E-Pr1, E-Pr2) do Agrupamento analisando as estratégias (Pré e Pós do PEI) e avaliando o plano; n3= 2 encarregados de educação dos alunos (EE1, EE2).

As questões de investigação que nos nortearam no ‘design de caso único’ (A,B) foram: analisar os comportamentos de indisciplina de 2 alunos (A, B) de 3º ano do 1.º CEB; refletir

sobre as estratégias/medidas consideradas adequadas, pelos professores, para resolver as situações de indisciplina ou conflito; implementar o PEI, no 2.º semestre naquela escola pública, tentando resolver ou evitar muitos atos e situações de indisciplina ou incumprimento de normas; comparar as estratégias adotadas por 2 professores (E-Pr1; E-Pr2) perante situações de indisciplina na sala de aula e a sua respetiva avaliação do PEI.

As técnicas de recolha de dados foram as observações (natural/sistemática e observação participante) aos alunos, permitindo-nos conhecer diretamente o fenómeno em estudo, tal como eles acontecem no contexto natural de sala de aula e recreio, ajudando-nos a compreender os motivos e causas, entrevistas semiestruturadas aos 2 professores e pais/encarregados de educação dos alunos, análise de conteúdo às entrevistas (categorização e subcategorização) e triangulação na interpretação dos dados, com ajuda das notas de campo (registos semanais). Seguimos todos os procedimentos legais e éticos no estudo e na aplicação científica dos instrumentos.

## 2.1 Caraterização dos alunos no seu contexto escolar

A escola urbana do 1.º CEB pertence ao Agrupamento de Escolas ‘CCB’ (abrange nove anos de escolaridade obrigatória). Aplicámos um *‘Inventário de tipologia dos atos agressivos comuns na escola’* (atos disruptivos e/ou de agressão física, verbal e indiretos, de acordo com os enfoques teóricos) aos professores (de turma e de apoio, num total 9 professores), dos quatro anos de escolaridade do 1.º CEB, que indicaram, predominam: âmbito da agressão física -o apalpar, empurrar e o bater; âmbito da agressão verbal - o ‘chamar nomes’ e ‘gozar/humilhar os colegas’; âmbito da agressão indireta - o caluniar, desrespeito. Constatámos, informalmente que a partir do 5º ano vai diminuindo a agressão física (o ‘bater’ dá lugar ao ‘apalpar’) e prevalece a agressão verbal (‘chamar nomes’, ‘intrigas’, ‘caluniar’). Perante estes dados de contextualização deduzimos que a agressão continuada (*‘Bullying’*) é relativamente escassa (15% dos alunos 1.º CEB sofrem mais de 3 agressões anuais), sendo que estes valores coincidem com os valores obtidos no estudo a partir de questionários com amostras representativas da população portuguesa (AMADO, 2001). O estudo comparativo entre Portugal e Espanha, divulgado na 4ª Conferência Mundial sobre *‘Violência Escolar e Políticas Públicas’*, que decorreu em 2012 na Fundação Calouste Gulbenkian, na aplicação dum questionário a 1233 crianças, entre os 7 e os 13 anos de oito

escolas de Lisboa e de Sevilha, em que, 17,7% dos inquiridos foram agredidos com frequência e 42,1% foram vítimas, de pelo menos um ou dois comportamentos agressivos.

Assim, observámos, durante um semestre (observação natural, documental e observação participante), os alunos em estudo (A, B), tendo efetuado vários registos (grelhas e notas de campo) que nos permitiram a sua caracterização, unido às entrevistas realizadas:

**\*-Aluno A- Luís:** Manifesta alguns comportamentos agressivos com os colegas (agressões verbais e físicas) e envolve-se no recreio em conflitos. Registámos várias situações de indisciplina. O aluno revelou falta de autocontrolo em muitas situações de indisciplina, incumprimento das regras estipuladas e desobediência, parecendo que não faz nada, mas empurra os colegas, insultando-os verbalmente e acabando com agressões a colegas e assistentes operacionais. É inconsistente na aprendizagem, distrai-se constante, tem défice de atenção e dificuldades de concentração. A professora repreende-o continuamente e, por vezes, é chamado ao diretor. Há uma despreocupação da encarregada de educação/mãe ao não participar ou participar escassamente nas reuniões da escola.

**\*-Aluno B – João.** Trata-se dum aluno hiperativo, brincalhão, desobediente, com tendência em não assumir as regras normas, sendo constantemente chamado à atenção. Está sempre envolvido em conflitos e perante os comportamentos de indisciplina é repreendido com castigos (sem intervalo), é mudado de lugar. Foram inúmeras as vezes que o aluno perturba os colegas com agressões verbais. Quando os colegas respondem a uma questão do professor de forma incorreta, são inferiorizados por este aluno, tem de ser chamado à atenção pelo docente, de modo a manter silêncio. Empenha-se nas tarefas aula, quando quer. Há uma adequada colaboração da família, que participa nas reuniões com a professora da turma.

Ambos os alunos são amigos, incumprem assiduamente as normas e regras na sala de aula, praticam várias agressões físicas aos colegas ('apalpar', 'empurrar'), tendo o Aluno A feito uma agressão verbal/física a uma professora e o aluno B várias agressões verbais aos colegas (Quadro n.º 1).

**Quadro n.º 1: Caracterização dos alunos A e B no aproveitamento escolar ano letivo 2012-13, em algumas áreas curriculares**

Alunos	Áreas curriculares	1.º Semestre 2012-13	2.º Semestre 2012-13	Inferências
A=LUÍS	Português	3	3	3 – manteve
	Matemática	3	3	2-regrediu
	Estudo do Meio	3	4	4-evoluiu
	Formação Cívica	3	3	3-manteve
B=JOÃO	Português	4	4	4-manteve
	Matemática	3	4	4-evoluiu
	Estudo do Meio	4	4	4-evoluiu
	Formação Cívica	3	4	4-evoluiu

Em relação ao aproveitamento escolar o Aluno A, que é muito meigo, agitado e bem-educado (Entrevista EE1), mantém uma certa oscilação na evolução e regressão da aprendizagem (instabilidade emocional) e o Aluno B, que é irrequieto, com amuos e sem gostar de ser repreendido (Entrevista EE2) é melhor aluno (constante), necessitando de ser motivado constantemente. Estas informações provenientes dos dados das entrevistas às mães/encarregados de educação foram comprovadas na observação natural e participante realizada antes e depois do programa de intervenção, conjuntamente com os registos de notas de campo, do qual podemos destacar no quadro n.º 2, os indícios críticos ou evidências dos alunos em estudo.

**Quadro n.º 2: Propósitos observados de mau comportamento nos alunos A e B**

ALUNOS	EVIDÊNCIAS DE CONDUTAS	
A=LUÍS	Chamar a atenção	Palhaçadas, travessuras, instabilidade, desordenado, falta de concentração, ansiedade, representações, etc.
	Manifestação poder	Desobediente, ar desafiador, obstinado, zangas, hábitos inadequados (mentir, mal sentado, respingão), etc.
	Desejo magoar	Comportamentos agressivos (verbais), refilão, etc.
	Mostrar incapacidades	Estupidez simulada, controlo emocional.
B=JOÃO	Chamar a atenção	Atos incómodos, ar desafiante, ansioso, instabilidade, falta de atenção, provocador, representações, etc.
	Manifestação poder	Desobediente, hábitos inadequados (sentado mal na cadeira, falador), rebelde...
	Desejo magoar	Comportamentos de protesta (verbais)

<b>Mostrar incapacidades</b>	Indolência, passividade.
------------------------------	--------------------------

Não há uma correlação efetiva entre comportamento indisciplinar do (s) aluno (s) e o seu rendimento, contudo este se vê afetado com as suas atitudes. Contudo, perante este cenário, haveria que consciencializar os alunos (A, B) a cumprir o estatuto de disciplina escolar vigente, impondo estratégias adequadas (programa de intervenção) e um plano de desenvolvimento pessoal e convivência, para esses e outros casos individuais de indisciplina, desrespeito, incumprimento de normas, etc.

É necessário o registo de ocorrências nas salas de aula, corredores, 'hall' e recreios, pois a sua análise constitui um elemento importante para a aplicação dum programa de intervenção, o qual deve assentar: comunicação das normas (início do ano letivo); entendimento das normas e regras pelos alunos (família); organização da turma (colocação espacial dos alunos); participação no processo ensino-aprendizagem; prevenção de situações de indisciplina e condutas disruptivas; análise às medidas ou estratégia psicoeducativa. Portanto é necessário responder às problemáticas que existem na escola e sala de aula, para assim se tentar melhorar esse contexto, provendo-se o bem-estar da comunidade educativa.

## **2.2 Análise às entrevistas (Pré) aos professores e encarregados de educação**

Utilizámos a entrevista semiestruturada com questões previamente definidas, que permitiram o registo, o diálogo e a extração de informações (notas de campo), categorizando e analisando o seu conteúdo. Este instrumento foi aplicado a 2 Professores e aos pais/encarregados de educação dos alunos em estudo, realizando-se numa sala de aula da escola. Foram codificadas em quatro categorias: indisciplina; estratégias; rendimento académico e pessoal e sócio efetivo. Eis a caracterização dos professores e dos pais/encarregados de educação:

\*-Professora E-Pr1. Tem 56 anos, 34 anos de serviço, possui o Curso de Magistério e uma formação complementar, sendo a professora da turma do 3.º ano (Aluno A e B), com alguns casos de conflitos e indisciplina na sua sala de aula. Tem dificuldades de adotar estratégias e em saber gerir os conflitos que surgem no processo de aprendizagem. Nas reuniões com os pais expõe esses comportamentos dos alunos solicitando maior colaboração dos pais. Esta

professora carece de referentes científicos, experiência e intuição no momento de atuar, improvisando estratégias.

\*-Professor E-Pr2. Tem 51 anos, 30 de serviço, possui o Curso do Magistério, complementos de formação e o Mestrado em Educação e tem a cargo uma turma do 3.º ano na mesma escola. Sabe gerir e controlar (estratégias e medidas) os diversos casos de indisciplina que surgem no ambiente de sala de aula. Impôs desde o início do ano letivo as mesmas estratégias e desenvolve a inter-relação, o diálogo e a amizade entre os alunos. Nas reuniões com os pais explica os comportamentos dos alunos e as medidas que adota ao penalizar os que têm comportamentos de indisciplina, incumpridores de normas e de atos de desobediência. É o professor responsável da turma. Este professor sabe gerir a disciplina, tem conhecimentos, promove atitudes favorecedoras para um adequado ambiente educativo, melhorando a dimensão cognitivo-comportamental.

\*-Mães/encarregados de educação (EE1, EE2). Com as entrevistas semiestruturadas às duas mães pretendemos conhecer o tipo de comportamento dos educandos em casa (alunos A e B) e as estratégias adotadas, além da influência desses comportamentos no rendimento escolar. EE1 tem 40 anos, trabalha por conta própria (vendedora), tem o 12º ano, é divorciada e vive com o próprio filho (não tem irmãos). A EE2 tem 43 anos, é casada e licenciada (professora do ensino secundário de inglês), com um ambiente familiar normal (tem mais um filho). O nível social dos alunos é similar, pertencem a famílias de classe média, trabalhadores em quadros médios (empresas), habilitações de nível médio, habitação própria (aluno B vive fora da cidade).

Professores e encarregados de educação narraram situações de indisciplina, que não sendo muito graves na sala de aula, devem-se ao incumprimento de regras, desobediência, falta de concentração e desrespeito. Clarificaram os conceitos de disciplina e indisciplina (necessidade educação para os valores e emoções) e violência (agressões verbais e físicas), reconhecendo que esses atos impedem o normal funcionamento da aula. Os professores adotam estratégias que, por vezes, não são as mais adequadas aos conflitos gerados, chamando à atenção do aluno e promovendo o diálogo (1.ª fase); registo dos acontecimentos e promovem a reflexão (2.ª fase); aplicação de (auto) castigos (3.ª fase). Mantém reuniões com pais, exigindo o cumprimento do regulamento e a necessidade de mediação.

Da triangulação dos dados verificámos que são frequentes os atos de indisciplina, desrespeito e desobediência escolar, mas cada professor gere e adota, à sua maneira, estratégias que, muitas vezes, não conseguem o efeito desejado.

### **3 Plano Estratégico de Intervenção (PEI)**

Os objetivos do PEI pretenderam (RAMIREZ, 2007): promover o reconhecimento dos alunos dos seus atos de indisciplina e desobediência (diálogo, consciencialização), fazendo-os refletir (causas, motivos); promover a comunicação entre a família e escola/professores sobre a indisciplina escolar; desenvolver ações de intervenção, tais como, levar os alunos a refletirem sobre a causa efeito dos atos incorretos ou indisciplinados e na procura de soluções. Introduziram-se medidas para os casos graves, por exemplo: aplicação de castigos (privação recreio, registos na caderneta); mediação de conflitos; registo do comportamento dos alunos (painel de registo exposto na sala de aula); planificação das aulas consoante o interesse dos alunos. As medidas para os casos graves assentaram: informar a instituição (direção) e a família; sensibilização dos alunos a terem bons comportamentos e a cumprirem a disciplina (painéis, folhetos, reuniões, etc.); promover a formação psicossocial e pedagógica dos assistentes educativos ou assistentes operacionais, na vigilância dos espaços informais.

Adotou-se a mediação de conflitos (atos considerados violentos) com as seguintes estratégias (DÍAZ AGUADAO, 2001; PÉREZ; POZO, 2007): não interferir no conflito, apenas deixar a mensagem, possibilitando que as crianças resolvam os conflitos entre si (consciencialização: dar voz aos alunos envolvidos); melhorar a planificação das aulas consoante os interesses dos alunos (motivação); mais contatos com o diretor e manter a família ocorrente da situação do aluno; reforçar e instruir os funcionários para controlar os comportamentos nos espaços informais (recreio, corredores, hall entrada, refeitório).

Os efeitos da implementação do PEI, em contexto de sala de aula, em alunos designados como indisciplinados, foram muito positivos, a partir das estratégias delineadas conseguimos uma melhoria no controlo destes casos (maior gestão da indisciplina e incumprimento de regras). Os resultados escolares melhoraram com maior empenho nas tarefas propostas, tal como, o nível de concentração, que foi melhorando ao longo do tempo de observação. Avaliação da eficácia do PEI pelo professor da turma (análise de conteúdo às entrevistas Pós) confirma essa melhoria comportamental e menos atos indisciplinados.

Conforme os dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas Pós-aplicação do PEI, junto aos professores E-Pr1 e E-Pr2, foram unânimes em considerá-lo eficaz, porém, os modos de implementação do mesmo têm de variar consoante a realidade educativa, ou seja, consoante a turma, as características dos alunos, os casos de indisciplina, e tipo de estratégias. Foram codificadas em quatro categorias de análise: ‘Eficácia’ depende do contexto de sala de aula – Grupo/turma (caraterísticas), da capacidade dos professores implementarem o PEI (estratégias) e da autoavaliação dos alunos aos seus atos – estratégias intermédias e de mediação; ‘Implementação do PEI’ é de fácil aplicação, havendo alguns professores que têm as suas próprias estratégias de atuação, com êxito, sabendo gerir os atos de indisciplina (E-Pr2); ‘Alterações para melhorar’ aplicando regras sociais e de convivência nos espaços informais, sendo essa a função do professor e auxiliares de ação educativa; clarificação e definição dos termos associados à violência, indisciplina, desobediência, agressão, etc.

A professora E-Pr1 da turma disse que *“a grande estratégia está nos 1º anos de escolaridade estabelecer uma forte comunicação entre a família/escola”*, pois leva-nos a conhecer melhor o aluno, compreendendo algumas das causas que o levam à adoção de atitudes incorretas. Identificadas as causas é mais fácil chegar aluno, ajudando-o a melhorar a nível pessoal e de rendimento académico (Programa de desenvolvimento pessoal para promover convivência, relações e a liberdade responsável). De facto, os professores E-Pr1 e E-Pr2 agem pela mediação de conflitos, levando os alunos envolvidos a refletir sobre os seus comportamentos indisciplinados, tendo como objetivo deixar a mensagem, promovendo a resolução dos conflitos entre si, convocando, por vezes, reuniões turma/grupo, ouvindo o testemunho de cada um para chegar consenso.

Outra estratégia adotada é o registo do comportamento, a partir de um painel, exposto na sala de aula, onde contém o nome dos alunos da turma e onde são registados diariamente os pontos fortes e fracos, ou seja, quando apresentem um desempenho muito bom são assinalados, no painel (bola verde), quando, pelo contrário, são atos de indisciplina, falta dos trabalhos de casa, atitudes incorretas, etc. assinala-se com bola vermelha. Este painel contempla os bons e os maus comportamentos. Consciencializa-se os alunos de que os pais irão ter conhecimento dos registos no painel (premiar os exemplares e repreender os incumpridores). Para além disso, é fundamental uma boa planificação das aulas consoante os interesses dos alunos, pois se os alunos gostam do modo como o professor lhes apresenta os conteúdos de aprendizagem, ficam mais envolvidos nas tarefas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que os comportamentos indisciplinados têm origens diferentes (nível pessoal, familiar, social). Em geral os comportamentos de menor gravidade são corrigidos pelo professor turma, mas os casos mais graves são encaminhados para o diretor. Constatamos que o atenuar a indisciplina escolar está dependente das estratégias que o professor e os encarregados de educação adotam. Verificamos que o PEI foi eficaz, aplicando-se algumas estratégias, com colaboração professores e auxiliares operacionais, que fizeram diminuir o incumprimento regras. Ou seja, a indisciplina dos alunos A e B é devido à “falta de respeito”, ‘incumprimento’ e “desobediências” ao professor e colegas. Como intervenção dos professores do 1.º CEB, orientada à execução e mediação de atos ou situações de indisciplina, desobediência, incumprimento e/ou de agressões, sugerimos (GÓMEZ; MIRT; SERRATS, 2000): elaborar normas no início do ano e fixá-las e fazendo-as cumprir; usar técnicas específicas de diálogo e discussão nos conflitos (mediação); ensinar valores; conhecimento dos outros (autocontrolo das emoções); comunicação por escrito na caderneta à família e colaboração desta nos casos de indisciplina. A falta de gestão e controlo na aula, pelos professores, implica casos de conflito e situações de indisciplina (GOTZENS et al., 2005). Mesmo utilizando a mediatização há nos professores uma falta de conhecimento de estratégias de prevenção psicoeducativa. (ORTEGA; MINGUEZ; SAURA, 2003).

Por conseguinte, antes de impor ações de disciplinar os professores devem saber qual a perspectiva teórica adequada ou estruturar um enfoque integral (teorias behavioristas, cognitivistas, psicológicas e ecológicas) para orientar as suas intervenções. A opção depende dos alunos e do contexto. O professor é responsável profissionalmente pelo ensino-aprendizagem e deverá incidir num mosaico de recursos para suprimir ou evitar atos irregulares, de incumprimento e indisciplina na sala de aula. Esse compromisso de vincular a disciplina ao processo de ensino-aprendizagem e relação pedagógica é fundamental, da mesma forma que executa adequadamente e de forma motivadora o seu projeto curricular de aula/turma, adota as melhores estratégias (diversificadas) e conhece a psicopedagogia da disciplina para o tipo de alunos que tem na sala de aula. Para corrigir comportamentos haverá que entender as razões dessas condutas de indisciplina, para poder impor a disciplina e a integração social (DREIKURS, 1971). Em geral, o mau comportamento dos alunos 1.º CEB deve-se ao desejo de conseguir a atenção dos adultos, manifestação do poder, desejo de

mostrar certas incapacidades e desejo de causar dano aos seus pares e/ou professor. As estratégias ou procedimentos adequados têm a ver com a planificação nos primeiros dias, a imposição das regras/normas, das rotinas educativas, do ritmo de aprendizagem, da comunicação e interação grupo/turma, da organização espacial dos alunos, a gestão e controlo da disciplina (experiencia), tutorias de apoio, etc. Por isso, as componentes de disciplina escolar implicam uma ação reflexiva do professor (conhecimentos, habilidades, atitudes, ações de intervenção) (ESTEVES, 2008), dos alunos (fatores cognitivos, sociais, psicológicos), do currículo, do contexto, da escola (responsáveis) e família.

Os pais devem ser convocados a participarem em reuniões na escola, onde sejam informados sobre questões relacionadas com o comportamento e rendimento escolar do aluno, de modo, a agirem em conformidade com a escola, adotando um plano estratégico semelhante. A partir da divisão de trabalho em casa e no meio escolar, torna-se mais fácil a resolução dos problemas existentes na escola. (ANTUNES, 2002; PÉREZ; POZO, 2007).

Por último, haverá que sensibilizar a comunidade educativa para prevenir e combater os casos de indisciplina escolar e para tal deve ter a escola ter um Plano Estratégico de Intervenção que envolva todos os atores e protagonistas. Constatámos que um programa de inteligência emocional, que ensine ao autoconhecimento e controlo das emoções próprias e dos outros, além do desenvolvimento de habilidades sociais, será útil para suprimir ou atenuar atos de incumprimento de normas ou de indisciplina, proporcionando uma educação para as emoções, integrada ao currículo escolar.

## REFERÊNCIAS

AMADO, J. S. *A construção da disciplina na escola: suportes teórico-práticos*. Porto: ASA, 2000.

\_\_\_\_\_. *Interação e indisciplina na aula*. Porto: ASA, 2001.

ANTUNES, C. *Onde está a indisciplina? Existem três focos de incêndio a apagar*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2002.

CARLITA, A. & FERNANDES, G. *Indisciplina na sala de aula*. Lisboa: Presença, 1997.

CARVALHO, M. 'Infância, Socialização e território: violência(s) na escola, violência(s) em contexto. In: SEBASTIÃO, J. (Coord.). *Violência na Escola, tendências, contextos, olhares*. Chamusca: Edições Cosmos, 2010. p. 80-97.

DEWEY, J. *Cómo pensamos: la relación entre pensamiento reflexivo y proceso educativo*. Barcelona: Paidós, 2007.

DÍAZ AGUADO, M.J. *Programa para favorecer la tolerancia en contextos etnicamente heterogéneos*. Madrid: MEC, 1992.

\_\_\_\_\_. *Prevención de la violencia y lucha contra la exclusión*. Madrid: Instituto de la Juventud, 2001.

DREIKURS, M. D. *Maintaining sanity in the classroom: illustrated teaching techniques*. N. York: Harper & Row Publ., 1971.

ESTEVES, J. M. *Visão Panorâmica da Investigação-ação*. Porto: Porto Editora, 2008.

ESTRELA, M. T. *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. Porto: Porto Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. "Prevenção da indisciplina e formação de professores". *Noésis*, jan./mar., p. 34-36, 1996.

FERNÁNDEZ, I. *Prevención de la Violencia y Resolución de Conflictos: El Clima Escolar como Factor de Calidad*. Madrid: Narcea Ediciones, 1998.

GÓMEZ, M., MIRT, V., SERRATS, M. *Propuestas de intervención en el aula: técnicas para lograr un clima favorable en la clase*. Madrid: Narcea, 2000.

GOTZENS, C., BADÍA, M., CASTELLÓ, A., GENOVAR, C. *La gravedad de los problemas de comportamiento en el aula visto por los profesores*. Barcelona: Publ. Universitat Autònoma Barcelona, 2005.

ORTEGA, R. Agresividad y violencia. El problema de la victimización de los escolares. *Revista de Educación*, 313, p. 7-27, 1997.

ORTEGA, P.; MINGUEZ, R.; SAURA, P. *Conflicto en las aulas: propuestas educativas*. Barcelona: Ariel, 2003.

PEREIRA, B. *Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PÉREZ, J.; POZO, M. *Educar para a não-violência. perspectivas e estratégias de intervenção*. Mem-Martins: Keditora, 2007.

RAMÍREZ, F. *Jornadas sobre conflictos y convivencia en los centros escolares: la violencia escolar. Propuestas para la intervención eficaz*. Murcia: Univ. de Murcia, 2007.

REGO, T. C. “A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana”. In: AQUINO, J. G. (Org). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. 2. ed.. São Paulo: Summus, 1996.

SEBASTIÃO, J. (Coord.). *Violência na Escola, tendências, contextos, olhares*. Chamusca: Edições Cosmos, 2010.

VASCONCELOS, C. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo, SP: Método, 2008.

VILLAFUERTE, R. *Disciplina escolar: Desarrollo y aplicación de un programa actitudinal-cognitivo para la formación permanente del profesorado de educación primaria* (Tesis doctoral en Psicología del Aprendizaje/Facultad d' Educació). Barcelona: UB/Facultat d'Educació, 2010.

### **Legislação de apoio temático**

- Lei de Bases do Sistema Educativo - nº 46/86, de 14 de outubro;
- Lei nº 51/2012, de 5 de setembro – Estatuto do Aluno e Ética Escolar (D.R., 1.ª série, n.º 172);
- Decreto Lei nº 270/98, de 1 de setembro;
- Decreto Lei nº 115-A/98, de 4 de maio;
- Decreto Lei nº 6/2001, de 18 de janeiro;
- Decreto Lei nº 30/2002, de 20 de dezembro;
- Decreto Lei nº 49/2005, de 30 de agosto;
- Decreto Lei nº 30/2002, de 20 de dezembro;
- Decreto Lei nº 3/2008, de 18 janeiro;
- Decreto Lei nº 39/2010, de 2 de setembro;